



Processo nº 10480.726733/2011-37

Recurso Voluntário

Resolução nº **1302-001.058 – 1^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 2^a Turma
Ordinária**

Sessão de 16 de novembro de 2021

Assunto SOBRESTAMENTO

Recorrente COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO

Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, determinar o sobrerestamento do presente processo junto à Unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de jurisdição da Recorrente, para aguardar a decisão definitiva no processo judicial nº 0804759-94.2018.4.05.8300, nos termos do voto do relator.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Henrique Silva Figueiredo - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Gustavo Guimarães da Fonseca - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Paulo Henrique Silva Figueiredo (Presidente), Ricardo Marozzi Gregório, Flávio Machado Vilhena Dias, Andreia Lucia Machado Mourão, Cleucio Santos Nunes, Marcelo Cuba Netto, Fabiana Okchstein Kelbert e Gustavo Guimarães da Fonseca.

Relatório

Cuidam os autos de pedidos eletrônicos de compensação por meio dos quais a agora recorrente pretende o reconhecimento de direito creditório oriundo de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ – pretensamente apurado no ano-calendário de 2007. O valor do citado saldo alcançou a importância de R\$ 2.209.869,96 e seria utilizado para quitação de obrigações vincendas próprias da contribuinte.

Consoante sevê do Despacho de Decisório de e-fls. 54 e ss, o crédito pretendido foi indeferido e as respectivas compensações não foram homologadas. Isto porque, quanto ao ano-calendário de 2007, a interessada havia sido autuada pela RFB (PA de nº 10480.723383/2010-76 - glosa de despesas com ágio), de sorte que, ao invés de saldo negativo, apurou-se um valor a pagar a título do tributo em exame.

A empresa opôs a sua manifestação de inconformidade (e-fls. 59/77) sustentando, preliminarmente, a impossibilidade de cobrança dos débitos confessados por meio das DCOMP objeto deste feito, já que se tratariam de obrigações relativas à estimativas mensais e que, nesta esteira, não poderiam ser exigidas após o término do exercício.

Ainda como preliminar de mérito, defendeu que o seu direito creditório não poderia ser negado enquanto não definitivamente julgado o contencioso formado nos autos do já mencionado PA de n.º 10480.723383/2010-76. Neste passo, a então impugnante requereu a suspensão deste feito até a resolução, definitiva, da demanda retro mencionada.

Já no mérito, a contribuinte se debruçou sobre as despesas glosadas no processo já referido acima, limitando-se a defender a dedutibilidade das parcelas amortizadas do ágio formado em operações societárias que, diz, foram regularmente concretizadas.

Pediu, então, o sobrerestamento deste processo (como já dito) e, sucessivamente, a procedência de sua manifestação de inconformidade.

Instada a se manifestar sobre o caso, a DRJ de Recife, por meio do acórdão de e-fls. 389 e ss, decidiu por julgar improcedente a defesa oposta, conforme argumentos resumidos em ementa cujo teor se reproduz abaixo:

SOBRESTAMENTO. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE.

Uma vez iniciado o processo, compete à própria administração impulsioná-lo até sua conclusão, descabendo o sobrerestamento de seu curso.

**MATÉRIA JÁ EXAMINADA EM OUTRO PROCESSO ADMINISTRATIVO.
DIREITO CREDITÓRIO NÃO RECONHECIDO.**

A existência de decisão administrativa válida impede nova apreciação da matéria pelo mesmo órgão julgador, cabendo tão somente ajustar a declaração de compensação àquilo já decidido.

Vale destacar que, dentre os motivos para não sobrestrar esta demanda, a DRJ apontou que o PA anteriormente referido teria sido *definitivamente* julgado pela Câmara Superior deste Conselho e que esta decisão teria confirmado a autuação lavrada - que teria culminado com a transformação do saldo negativo pretendido em imposto a pagar. Não haveria, assim, razões fáticas para se suspender esta demanda.

A interessada foi cientificada do acórdão supra em 07/05/2019, tendo interposto o seu o seu apelo em 06/06/2019 (e-fl. 409), por meio do qual, de início, reprises a preliminar relativa à cobrança dos débitos confessados por meio das DCOMP constantes deste processo (argumento voltado à impossibilidade de se exigir estimativas mensais após o termos do exercício).

Ainda como preliminar de mérito, afirmou que propôs ação anulatória de débito fiscal objetivando o cancelamento do débito constituído por meio do PA de n.º 10480.723383/2010-76 e que, em 06 de maio de 2019, teria obtido sentença favorável. Esclareceu, mais, que contra esta sentença foi interposto recurso de apelação ao qual, todavia, não foi dado efeito suspensivo. Assim, pede o provimento de seu recurso ou, sucessivamente, o sobrerestamento do feito até o julgamento em definitivo daquela demanda judicial.

Já no mérito, repetiu os argumentos já despendidos em primeiro grau, atinentes ao aproveitamento das despesas de ágio, glosadas no processo administrativo supra referido.

Este é o relatório.

Voto

Conselheiro Gustavo Guimarães da Fonseca, relator.

I ADMISSIBILIDADE

O recurso é tempestivo, está assinado por representantes legais devidamente constituídos e, em parte, preenche os pressupostos de cabimento. Todavia, e quanto a duas das três matérias contidas nas razões de insurgência, não há como se conhecer, na íntegra, do recurso.

Primeiramente, no que toca a alegação de “impossibilidade de cobrança” dos débitos informados nas DCOMP trazidas ao processo, a empresa não discute a sua existência (e nem poderia já que, como dito, foram confessados), mas, apenas, vedação, à Administração Pública, de exigir-los (uma vez que encerrado o respectivo exercício – v. Sumula/CARF 82).

Ora, não se está tratando, aqui, da constituição do crédito relativo à estimativa por meio de lançamento (tais créditos já foram constituídos, tal qual afirmado alhures), mas, isto sim, de procedimento de encontro de contas em que a empresa opõe um valor que entende deter junto à Administração Pública contra uma obrigação regularmente confessada por ela. Neste passo, e mesmo em se considerando o entendimento predominante neste Colegiado de que nos seria possível examinar a “existência” do débito porventura confessado por meio de uma DCOMP (v. e.g., o acórdão de nº 1302-000.856, relatado por nosso estimado Presidente, Conselheiro Paulo Henrique Silva Figueiredo), ainda assim não teríamos, no caso vertente, competência para apreciar o pedido do contribuinte. Isto porque, insista-se, a interessada não recusa a existência do aludido débito, mas, tão só, a possibilidade de sua cobrança pela Administração Fazendária.

Se o débito porventura confessado encontra limitações para a sua exigência (cobrança), eventual descontentamento deve ser manifestado perante a Autoridade competente para cobrá-lo e não à este órgão Colegiado. Esta Turma, como dito, somente poderia se manifestar sobre o encontro de contas anteriormente mencionado e não sobre a legalidade/ilegalidade da **cobrança** de obrigação, insista-se, regularmente confessada.

Também quanto aos argumentos voltados para a legitimidade da dedução de despesas com ágio, que foram objeto da autuação constante do PA de nº 10480.723383/2010-76, também não se vê a possibilidade de apreciá-los nesta demanda. Isto porque:

- a) a dedutibilidade ou não de despesas que conformam a base de cálculo do tributo não é objeto de processos de compensação;
- b) esta questão já foi examinada em outro processo já definitivamente julgado.

Nesta esteira, conheço em parte do recurso voluntário apenas quanto as alegações atinentes às consequências advindas da decisão proferida em ação anulatória fiscal promovida pela requerente e ao pedido sucessivo de sobrestamento do feito.

II DA NECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO DESTE PROCESSO

O que se observa no caso vertente e, principalmente, nos documentos acostados ao recurso voluntário, é que a empresa logrou, de fato, obter decisão judicial (em ação ordinária autuada sob o n.º 0804759-94.2018.4.05.8300) que teria anulado os débitos constituídos por meio do PA de n.º 10480.723383/2010-76 e, assim, revertido a decisão proferida pela Câmara Superior. Esta decisão, portanto, teria reputado válidas as operações realizadas pela recorrente, examinadas no PA retro, e admitido, por conseguinte, a dedução de despesas com ágio, originariamente glosadas naquele feito.

Diferentemente do que alega a recorrente, todavia, nos termos do art. 1.012 do Código de Processo Civil, a apelação interposta, via de regra, tem efeito suspensivo, excetuando-se, tão só, as hipóteses previstas pelo § 1º do preceptivo em questão (entre as quais, não se insere a demanda proposta pela empresa). Em princípio, portanto, o crédito pretendido ainda não se reveste do requisito da certeza, suficiente para lhe garantir um reconhecimento e, por conseguinte, a homologação das compensações aqui tratadas.

Nada obstante, é inegável que, até aqui, há uma decisão judicial que considerou invalida a autuação lavrada contra a interessada e, outrossim, que esta demanda tem claro e inadvertido impacto sobre o processo em exame.

Se, sob a égide do antigo código de processo civil, não era pacífica a aplicação de suas disposições ao processo administrativo, sob a batuta do atual digesto processual a sua observância, mesmo que em caráter supletivo, está expressamente prevista, mormente a luz das disposições do seu art. 15. E dito assim, o CPC é igualmente cristalino ao dispor, em seu art. 313, o que se segue, *verbis*:

Art. 313. Suspende-se o processo:

[...]

V - quando a sentença de mérito:

a) depender do julgamento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente [...].

É verdade que, uma vez ausente o requisito da certeza quanto ao crédito pleiteado, poder-se-ia adotar uma posição confortável de simplesmente indeferir o direito creditório, a luz dos preceitos do art. 170 do Código Tributário Nacional. Mas não se pode perder de vista que as chances de manutenção daquela sentença em 2º grau são reais e, se agora, proferirmos uma decisão que conflite abertamente com entendimento que já foi proferido, estaríamos atentando contra o princípio da eficiência e, mais, da economia (já que a empresa, caso logre êxito em definitivo naquele processo, se socorrerá novamente do judiciário para obter provimento, aí sim, líquido e certo, para reverter qualquer decisão contrária porventura proposta nesta demanda).

A relação de prejudicialidade entre a demanda judicial acima e este processo é palpável, o sendo, também, os prejuízos processuais e até econômicos a serem suportados pela própria União, caso não aguardemos o deslinde daquela demanda (que seja, pelo menos, na segunda instância, já que os recursos cabíveis ao STJ e ao STF não tem efeito suspensivo). Isto porque, caso seja confirmada a sentença proferida pela Justiça Federal de Pernambuco, e a

Fl. 5 da Resolução n.º 1302-001.058 - 1^a Sejul/3^a Câmara/2^a Turma Ordinária
Processo n.º 10480.726733/2011-37

empresa se socorra, novamente, de uma ação para reverter eventual decisão proferida agora, além dos custos processuais, a União será condenada em nova verba sucumbencial.

No caso, houve interposição de apelação pela União e, até aqui, não houve julgamento desta, como se dessume dos andamentos extraídos do site do TRF/5º Região:

| Participante | Tipo de participação | Situação RFB |
|---|--------------------------------|-------------------|
| FAZENDA NACIONAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE ALESSANDRA BITTENCOURT DE GOMESORO - RJ108708 | APELADO APELADO ADVOGADO | |
| | | Foram encontrados |
| | | |

| Aplicação [Todos] | Movimentações do Processo | Movimento | Documento | Aplicação |
|----------------------|---------------------------|--|---|-----------|
| | | 11/07/2019 16:02:43 - Conclusos para julgamento | | 2º Grau |
| | | 10/07/2019 00:00:22 - Juntada de Certidão de Retificação de Autuação | 10/07/2019 00:00:00 - Certidão de Retificação de Autuação - Certidão de retificação de autuação | 2º Grau |
| | | 09/07/2019 11:31:30 - Classe Processual alterada para APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA | | 2º Grau |
| | | 08/07/2019 18:17:57 - Distribuído por Sorteio para 2 ^a Turma - Gab 6 - Des. PAULO CORDEIRO - PAULO MACHADO CORDEIRO | 08/07/2019 18:17:57 - Certidão de Distribuição - Certidão | 2º Grau |
| | | 08/07/2019 18:13:35 - Recebido pelo Distribuidor | | 2º Grau |
| | | 08/07/2019 18:13:34 - Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5 | 08/07/2019 10:22:44 - Certidão de retificação de processo remetido - Certidão | 1º Grau |
| | | 08/07/2019 10:22:45 - Juntada de Certidão | | 1º Grau |
| | | 25/06/2019 10:09:55 - Juntada de Contrarrazões | | 1º Grau |
| | | 20/06/2019 13:58:09 - Juntada de Contrarrazões | | 1º Grau |
| | | 15/06/2019 00:06:45 - Juntada de Certidão de Intimação | 15/06/2019 00:06:45 - Certidão de Intimação - Certidão de Intimação | 1º Grau |
| | | 04/06/2019 11:00:05 - Expedição de expediente | | 1º Grau |
| | | 04/06/2019 10:59:06 - Ato ordinatório praticado | 04/06/2019 10:59:06 - Intimar a União para contrarrazões - Ato Ordinatório | 1º Grau |
| | | 03/06/2019 16:28:08 - Juntada de Apelação | | 1º Grau |
| | | 31/05/2019 00:02:00 - Juntada de Certidão de Intimação | 31/05/2019 00:02:00 - Certidão de Intimação - Certidão de Intimação | 1º Grau |
| | | 31/05/2019 00:02:00 - Entrada de ação - Contratado | | 1º Grau |

Assim, e em respeito aos princípios da eficiência e da economia, voto por SOBRESTAR o presente processo, e determinar o envio dos autos à Unidade de Origem a fim de:

- aguardar o deslinde da ação judicial autuada sob o nº 0804759-94.2018.4.05.8300, que tramita perante o juízo da 2^a Turma do Eg. Tribunal Regional Federal da 5^a Região, devendo os presentes autos ser remetidos à Dipro/Cojul, até o julgamento da citada demanda pelo aludido Tribunal; e
- e, concluído aquele julgamento, elaborar relatório conclusivo de sorte a apontar os efeitos da eventual manutenção da sentença proferida em favor da requerente, dando-se à corrente a oportunidade de, querendo, se manifestar no prazo de 30 dias.

(assinado digitalmente)

Gustavo Guimarães Fonseca